

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 46/XVI/M&C 1.ª SL

Aos 26 dias de fevereiro de 2025, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

§ único: Audiência do Mecanismo de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD).

Assunto: Sobre a não auscultação do Me-CDPD pelas Comissões Parlamentares da AR, de acordo com a Lei n.º 71/2019, de 2 de setembro, sendo uma obrigação legal, e essencial para assegurar que o Estado português respeite e promova os direitos das pessoas com deficiência, conforme estabelecido na Convenção e na própria legislação nacional, não está a ser praticada. Atendendo, também, à importância de salvaguarda dos direitos das pessoas com deficiência que integram as comunidades portuguesas.

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), foi por este manifestado um cumprimento aos Deputados presentes e às representantes do Mecanismo de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), Vera Bonvalot (presidente), Sandra Marques (vice-presidente) e Sara Neto (secretária executiva). De seguida deu conta da grelha de tempos e de como se procederia a audiência.

A Presidente do Me-CDPD destacou a missão da entidade: garantir que as políticas nacionais e internacionais respeitem os princípios da dignidade, não discriminação, participação e igualdade de oportunidades. Enfatizou a importância da articulação entre a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas para assegurar que a política externa portuguesa promova os direitos das pessoas com deficiência. Apontou três áreas prioritárias para ação da Comissão. Primeiro, a inclusão dos direitos das pessoas com deficiência na

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 46/XVI/M&C 1.ª SL

política externa portuguesa, garantindo a sua defesa nos fóruns internacionais (ONU, UE, CPLP) e a integração dessa perspetiva nas missões diplomáticas. Em segundo lugar, a proteção das pessoas com deficiência nas comunidades portuguesas no estrangeiro, melhorando o acesso aos serviços consulares com atendimento acessível, intérprete de Língua Gestual Portuguesa e formação dos funcionários consulares. O terceiro eixo abordado foi a promoção da cooperação internacional inclusiva, assegurando que os programas financiados por Portugal sejam acessíveis e estabelecendo parcerias com organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Apresentou três propostas de colaboração. A primeira, a criação de um ponto focal para diálogo interinstitucional, garantindo audições periódicas e acompanhamento da implementação da Convenção. A segunda proposta visou a integração de diretrizes de acessibilidade nos serviços consulares, recomendando medidas como digitalização inclusiva, formação do corpo diplomático e criação de um canal direto de apoio para cidadãos com deficiência. A terceira recomendação sugeriu o reforço da diplomacia portuguesa na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, através da adoção de uma estratégia nacional para implementar a Convenção na política externa. Finalizou reforçando o compromisso do Me-CDPD em garantir o cumprimento das obrigações internacionais de Portugal, convidando a Comissão a assumir um compromisso ativo na promoção de uma política externa inclusiva e acessível.

Intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS), destacando que foi eleito pelos portugueses residentes na Europa e coordenador dos Deputados do Grupo Parlamentar do PS na Comissão dos Negócios Estrangeiros. Referiu duas dimensões da deficiência: a inclusão nas comunidades portuguesas e a acessibilidade nos postos consulares. Admitiu que estas questões ainda não estavam totalmente desenvolvidas, mas reconheceu a sua importância. Sublinhou a dificuldade em alcançar todas as pessoas com deficiência nas comunidades portuguesas no estrangeiro, apesar de algumas iniciativas já realizadas. Alertou para queixas sobre a falta de acessibilidade nos postos consulares, mencionando obstáculos como edifícios sem acessos adequados para pessoas em cadeiras de rodas ou com deficiência visual. Reconheceu a inexistência de dados sobre quais postos consulares tinham condições de acessibilidade e solicitou mais informação sobre o tema. Comprometeu-se a dar maior atenção à questão e analisá-la mais profundamente, reforçando a necessidade de melhorar os serviços consulares para cidadãos com deficiência. Realçou a importância de integrar as pessoas com deficiência nos tecidos

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 46/XVI/M&C 1.ª SL

sociais dos países de acolhimento e garantir que os consulados cumpram a sua obrigação de prestar serviços acessíveis.

Carlos Eduardo Reis (PSD) sublinhou a importância de obter mais informações sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência. Destacou que o trabalho da Comissão seria mais eficaz com mais dados e colaboração com outras comissões parlamentares. Enfatizou a responsabilidade de tratar os temas de forma adequada. Referiu a multiplicidade de questões e organizações envolvidas.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) garantiu que as questões trazidas à Comissão teriam toda a atenção necessária. Solicitou que as informações fossem deixadas por escrito para poderem ser sempre consideradas. Reafirmou o compromisso de tratar as questões apresentadas de forma fundamental.

Bruno Ventura (PSD) felicitou a organização, missão e trabalho do grupo, destacando a unanimidade sobre a necessidade de recolher informação e acompanhamento. Garantiu que o Grupo Parlamentar do PSD apoiaria o trabalho, após receber as informações necessárias, para acompanhar a situação junto do Governo.

A Presidente do Me-CDPD questionou se seria possível estabelecer um ponto focal para garantir a comunicação entre a Comissão e o mecanismo, além de sugerir a inclusão de uma agenda periódica para discutir avanços. Propôs também que a Comissão garantisse a consulta ao mecanismo na emissão de pareceres obrigatórios não vinculativos e, caso necessário, solicitasse apoio para avançar na acessibilidade das comunidades no estrangeiro.

Carlos Eduardo Reis (PSD) informou que o Dr. Filipe Xavier, assessor da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, seria responsável pela articulação com o mecanismo, destacando a importância de ter alguém atento aos temas em debate devido à multiplicidade de organizações envolvidas. Reconheceu que a gestão de parceiros, especialmente em relação à sua natureza vinculativa ou não, seria impossível sem a colaboração dos serviços da Assembleia da República. Em nome da mesa da Comissão, anunciou que o assessor Filipe Xavier assumiria essa função de ponto focal.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 46/XVI/M&C 1.ª SL

A Vice-Presidente do Me-CDPD, abordou a falta de informação sobre as pessoas com deficiência, destacando a ausência de dados estatísticos detalhados sobre o número e as necessidades desta população. Ressaltou a importância da acessibilidade não apenas física e sensorial, mas também cognitiva, enfatizando que muitas pessoas com deficiência tinham dificuldades em aceder aos seus direitos devido à falta de adaptação das informações. Apontou a necessidade de o Me-CDPD ser ouvido antes das propostas legislativas estarem finalizadas, para garantir que estas estejam em conformidade com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Informou que o mecanismo, composto por 11 membros e com um Conselho Consultivo abrangente, ainda enfrentava a falta de duas personalidades nomeadas pela Assembleia da República. Concluiu afirmando que, se o trabalho fosse feito de forma eficaz, a implementação da Convenção seria mais eficiente.

Carlos Eduardo Reis (PSD) agradeceu, afirmando que os Grupos Parlamentares tinham tomado boa nota das questões levantadas. Reforçou que as questões abordadas seriam devidamente tratadas e que a audiência tinha servido para aumentar o conhecimento sobre a dinâmica das organizações. Encerrou dizendo que as situações discutidas deviam melhorar e que a Comissão continuaria a ser um espaço de escuta.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas 14:40 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2025,

P'º VICE-PRESIDENTE



(Carlos Eduardo Reis)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 46/XVI/M&C 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Paulo Pisco (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Rodrigo Saraiva (IL)
Marisa Matias (BE)
Paulo Nuncio (CDS-PP)